Portugal entra em 2026 com uma perceção pública de risco sísmico relativamente baixa, apesar de uma base científica sólida que demonstra a persistência de um risco estrutural, embora de baixa frequência. Esta dissonância entre o conhecimento científico e a perceção social constitui um dos principais desafios contemporâneos na gestão do risco sísmico. Num contexto marcado por pressões orçamentais, envelhecimento dos edifícios e maior exigência sobre os sistemas de proteção civil, falar de sismos em Portugal em 2026 é falar de preparação, de planeamento estratégico e de responsabilidade intergeracional.

Do ponto de vista geodinâmico, o enquadramento permanece inalterado: Portugal continental localiza-se na proximidade da fronteira entre as placas Euroasiática e Africana, associada à zona Açores–Gibraltar, uma das regiões sismicamente mais complexas do Atlântico Norte (Baptista & Miranda, 2009). Esta configuração explica a ocorrência histórica de grandes sismos com epicentros offshore, capazes de gerar efeitos significativos em terra, incluindo tsunamis. Nos Açores, a realidade é ainda mais evidente, dada a localização do arquipélago numa junção tripla de placas tectónicas, o que torna a atividade sísmica parte integrante da dinâmica territorial (Nunes et al., 2019).

Em 2026, o conhecimento sobre o risco sísmico em Portugal é consideravelmente mais robusto do que em décadas anteriores. A rede nacional de monitorização sísmica, coordenada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, permite a deteção e caracterização rápida de eventos sísmicos, muitos dos quais não são sentidos pela população (IPMA, 2024). Contudo, como sublinha Lopes (2021), a eficácia da monitorização científica depende da sua tradução em políticas públicas consistentes e em comportamentos preventivos por parte da população. Informação sem ação não reduz risco; apenas o descreve.

A memória histórica continua a desempenhar um papel central neste debate. O sismo de 1755 permanece como referência simbólica e científica, não apenas pela sua magnitude estimada entre 8,5 e 9,0, mas pelo impacto transformador que teve no urbanismo, na governação e no pensamento científico europeu (Dynes, 2003; Pereira, 2006). Em 2026, esta memória deve ser entendida não como um episódio distante, mas como um alerta permanente para a possibilidade de eventos raros com consequências sistémicas.

Um dos fatores críticos que marcam o risco sísmico em Portugal em 2026 é a vulnerabilidade dos edifícios. Estudos recentes indicam que uma parte significativa do parque habitacional foi

construída antes da implementação de regulamentos sísmicos adequados, especialmente em centros históricos urbanos e em áreas de reabilitação intensiva (Ferreira et al., 2018). A conjugação entre edifícios antigos, elevada densidade populacional e infraestruturas críticas localizadas em zonas urbanas expõe fragilidades que não podem ser ignoradas. A reabilitação urbana, quando não integra critérios de reforço estrutural, pode perpetuar riscos em vez de os mitigar.

No contexto insular, particularmente nos Açores, a situação exige atenção redobrada. Eventos sísmicos recentes na memória coletiva, como os sismos de 1980 e 1998, demonstraram a elevada exposição das comunidades e a importância da preparação local. Investigação atual evidencia que, apesar dos progressos na engenharia e na proteção civil, persistem vulnerabilidades associadas a edifícios antigos e à dispersão geográfica das populações (Nunes et al., 2019). Em 2026, a resiliência sísmica das regiões insulares continua a depender tanto de investimento estrutural como de capacitação comunitária.

A literatura internacional tem vindo a reforçar que o impacto dos sismos ultrapassa largamente a dimensão física da destruição. A Organização Mundial da Saúde e o UNDRR sublinham que os desastres naturais têm efeitos prolongados na saúde mental, na coesão social e na confiança institucional (WHO, 2023; UNDRR, 2022). Em Portugal, estes impactos tendem a ser subestimados no planeamento estratégico, que privilegia a resposta imediata, mas nem sempre integra planos de acompanhamento psicossocial sustentado. Em 2026, esta lacuna torna-se particularmente relevante num país com população envelhecida e com redes comunitárias fragilizadas em algumas regiões.

A preparação sísmica em 2026 exige, assim, uma abordagem integrada que combine ciência, políticas públicas e participação cidadã. A evidência demonstra que programas de educação para o risco, simulacros regulares e comunicação clara reduzem significativamente perdas humanas e aceleram a recuperação pós-evento (Paton & Johnston, 2017). Iniciativas nacionais como o exercício “A Terra Treme” representam avanços importantes, mas a sua eficácia depende da continuidade, da abrangência territorial e da integração nos sistemas educativos e laborais.

No plano das políticas públicas, 2026 surge como um ano decisivo para integrar o risco sísmico nas decisões de investimento e planeamento urbano. A Comissão Europeia tem defendido a incorporação sistemática dos riscos naturais nas estratégias de desenvolvimento

e financiamento de infraestruturas críticas, incluindo hospitais, escolas e redes de transporte (European Commission, 2023). Em Portugal, esta orientação é particularmente relevante num contexto de requalificação urbana acelerada e de investimento em infraestruturas financiadas por fundos europeus.

Em síntese, os sismos em Portugal em 2026 não constituem uma ameaça iminente no quotidiano, mas representam um risco estrutural que exige maturidade institucional e social. A ciência oferece hoje conhecimento suficiente para identificar vulnerabilidades e orientar decisões. O desafio reside na capacidade de transformar este conhecimento em políticas consistentes, investimento estratégico e cultura de prevenção. Preparar-se para um sismo não é ceder ao alarmismo; é reconhecer que a proteção da vida exige antecipação, memória e responsabilidade coletiva.

Referências bibliográficas

Baptista, M. A., & Miranda, J. M. (2009). Revision of the Portuguese catalog of tsunamis. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 9(1), 25–42.

Dynes, R. R. (2003). *The Lisbon earthquake in 1755: Contested meanings in the first modern disaster*. University of Delaware.

Ferreira, T. M., Vicente, R., & Varum, H. (2018). Seismic vulnerability assessment of old masonry buildings. *Engineering Structures*, 155, 276–292.

European Commission. (2023). *Disaster risk management and climate adaptation in the EU*. Publications Office of the European Union.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera. (2024). *Sismicidade em Portugal*. IPMA.

Lopes, F. C. (2021). Risco sísmico e comunicação científica em Portugal. *Territorium*, 28, 45–58.

Nunes, J. C., Forjaz, V. H., & Almeida, M. H. (2019). Seismic hazard and volcanic risk in the Azores. *Journal of Volcanology and Geothermal Research*, 384, 1–12.

Paton, D., & Johnston, D. (2017). *Disaster resilience: An integrated approach*. Charles C. Thomas Publisher.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. (2022). *Global assessment report on*

disaster risk reduction. UNDRR.

World Health Organization. (2023). *Mental health and disasters*. WHO.